



ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Identificador/Tema	2ª Reunião do Subcomitê de Logística Sustentável (SLS)
Data	10/07/2025
Horário (início/término)	14:10 / 15:14
Local	Sala Virtual do Google Meet

2. PAUTA

ID	Descrição do item
04/2025	Informes sobre a criação do comitê regional de sustentabilidade, do CNJ.
05/2025	Inventário de GEE - Plano de Descarbonização;
06/2025	Ações para promoção de melhorias no tema impressões e água e esgoto;
07/2025	Resumo das reuniões setoriais;
08/2025	Resultado do IDS 2024 - balanço da sustentabilidade do CNJ.

3. PARTICIPANTES

Nome		Lotação
1	Carolina de Oliveira Pedrosa (coordenador)	Juíza Substituta da 21ª VT do Recife
2	Barbara Ferreira Fragoso Calheiros (vice-coordenadora)	Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão
3	Laís Sampaio Parente	Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão
4	Cicero Jose Da Silva (substituto)	Secretaria de Polícia Judicial
5	Ana Luiza Marinho de Azevedo e Silva	Coordenadoria de Planejamento Físico

6	Daniella De Vasconcelos Coelho Falabella (substituta)	Divisão de Desenvolvimento de Pessoal
7	Erika Antunes De Araujo Gusmao	Diretoria Geral
8	Gustavo Viana de Avelar	Coordenadoria de Planejamento Físico
9	Ana Luiza Tavares Soares da Silva	Divisão de Governança em Gestão de Pessoas
10	Vinicius Sobreira	Coordenadoria de Licitações e Contratos
11	Flavio Mendes De Lima (substituto)	Coordenadoria de Material e Logística
12	Gleidson Adriane Vicente Ferreira (substituto)	Divisão de Saúde
13	Gustavo Pedro De Carvalho Lacerda (substituto)	Coordenadoria de Engenharia de Manutenção
14	Martha de Andrade Landim	Divisão de Serviços Gerais
15	Mario Dos Santos De Assis	Escola Judicial
16	Leonardo Machado	Coordenadoria de Comunicação Social

4. CONVIDADOS

Nome		Lotação
1	Laís Sampaio Parente	Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão

5. DESENVOLVIMENTO

Item:	Informes sobre a criação do comitê regional de sustentabilidade, do CNJ.	ID	04/2025
Discussão: A servidora Barbara Ferreira Fragoso Calheiros iniciou os trabalhos apresentando informes relativos à criação da Rede de Sustentabilidade do Poder Judiciário, instituída pela Portaria CNJ nº 134, de maio de 2024, assinada pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luís Roberto Barroso. Destacou que o principal objetivo da normativa é promover práticas sustentáveis no âmbito da ESG do Poder Judiciário, fortalecendo a divulgação sistêmica e orgânica de iniciativas sustentáveis dos tribunais, de modo a consolidar o			

Judiciário como vetor institucional de boas práticas.

Em seguida, informou que, segundo pronunciamento recente do Conselheiro Guilherme Guimarães Feliciano, responsável pela pauta de sustentabilidade no CNJ, estão previstas Semanas Nacionais da Sustentabilidade, organizadas por região. A primeira edição deverá ocorrer na Região Nordeste, com o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13) – Paraíba – como sede do evento. A título de contextualização, ressaltou que o TRT da Paraíba é referência nacional em sustentabilidade, tendo iniciado, ainda em 2021, a elaboração e publicação de inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE), antes mesmo da obrigatoriedade imposta aos demais tribunais. Desde então, a Corte vem implementando ações consistentes no campo da sustentabilidade ambiental e social.

Na sequência, a servidora passou a palavra à Coordenadora do subcomitê, a magistrada Carolina de Oliveira Pedrosa, que complementou os informes relatando sua participação na primeira reunião nacional convocada pelo CNJ para tratar da estruturação dos Comitês Regionais de Sustentabilidade. Ressaltou que o encontro, conduzido pelo Conselheiro Guilherme Feliciano, contou com expressiva participação de representantes dos diversos tribunais e teve como propósito principal transformar as diretrizes gerais da portaria em ações concretas. Nessa ocasião, foram definidas composições preliminares dos comitês, com a indicação de representantes institucionais. Informou ainda que nova reunião do Comitê Regional do Nordeste estava agendada para o mesmo dia, logo após o encerramento da presente reunião do subcomitê local.

A coordenadora destacou a relevância do Comitê Regional como instância de articulação e troca de boas práticas, especialmente no enfrentamento dos desafios relacionados à implementação dos Planos de Logística Sustentável (PLS), com ênfase na descarbonização. Avaliou que o espaço será fundamental para intercâmbio de soluções e estratégias entre os tribunais, permitindo a replicação de iniciativas exitosas e a superação de obstáculos comuns.

Registrou, ainda, sua satisfação ao verificar, durante a referida reunião nacional, o reconhecimento do CNJ quanto à qualidade do Plano de Descarbonização elaborado pelo TRT6. Destacou que, enquanto alguns tribunais têm optado pela aquisição de créditos de carbono como forma de compensação, a proposta do TRT6 priorizou ações de reflorestamento e outras medidas de impacto direto, alinhadas com as diretrizes prioritárias do CNJ, conforme enfatizado pelo Conselheiro Guilherme Feliciano.

Por fim, reforçou a importância da atuação colaborativa dos tribunais da região na organização da Semana de Sustentabilidade a ser sediada pelo TRT13, prevista para ocorrer ainda em 2024. Informou que a próxima reunião do Comitê Regional deverá tratar com maior profundidade da programação do evento, comprometendo-se a repassar ao subcomitê local os encaminhamentos e deliberações pertinentes.

Item:	Inventário de GEE - Plano de Descarbonização.	ID	05/2025
Discussão: A servidora Barbara Calheiros iniciou a exposição sobre o tema contextualizando a obrigatoriedade do inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no âmbito do Programa Justiça Carbono Zero, instituído pela Resolução CNJ nº 594/2024. Explicou que o referido programa decorre de compromisso firmado entre os três Poderes da República para promoção da sustentabilidade no contexto da Agenda 2030 da ONU, e estabelece uma série de exigências a serem cumpridas por todos os tribunais. Destacou que o primeiro prazo previsto na resolução determinava a publicação, até 28 de fevereiro de 2025, da versão inicial do Plano de Descarbonização de cada órgão, o que foi			

devidamente cumprido pelo TRT6. Informou que o documento encontra-se disponível ao público tanto na página da transparência institucional quanto no site da unidade gestora de sustentabilidade.

No tocante ao inventário de GEE, pontuou tratar-se da primeira medida prevista para operacionalização do plano, sendo essencial para mensurar o impacto ambiental das atividades do tribunal e, a partir dessa base, viabilizar ações de redução e compensação das emissões. A meta final do programa é alcançar a neutralidade de carbono (carbono zero) nas atividades do Judiciário.

Relatou, contudo, que houve atrasos na contratação da empresa responsável pela elaboração do inventário, principalmente em virtude de dificuldades no levantamento de preços, o que comprometeu o cumprimento do segundo prazo da resolução, previsto para 31 de julho de 2025. Informou que o processo de contratação encontra-se em fase final (ProAD nº 9337), tendo sido selecionada a empresa Terrainova para a execução do trabalho.

Esclareceu que a ferramenta a ser utilizada para elaboração do inventário é baseada na metodologia do GHG Protocol, desenvolvida pela Fundação Getulio Vargas (FGV), e consiste em uma planilha com diversas abas que abrangem fontes de emissão como consumo de energia elétrica, gestão de resíduos, deslocamentos aéreos, entre outros. Por demandar dados de diferentes unidades do tribunal, foi sinalizado que a coleta poderá demandar mais tempo do que o prazo estipulado, tornando pouco provável a publicação do inventário até o final de julho.

Comunicou, ainda, que o CNJ enviou ofício solicitando que os tribunais justifiquem o estágio atual de execução do inventário de GEE até a data-limite. A expectativa é que até o final do mês a contratação esteja finalizada e a empresa iniciando os trabalhos de levantamento, o que servirá de base para a justificativa a ser apresentada.

Enfatizou que a descarbonização foi incorporada como novo eixo temático obrigatório nos Planos de Logística Sustentável (PLS), com inclusão de metas e indicadores específicos. O inventário, portanto, compõe os indicadores do PLS do TRT6, além de integrar o escopo do plano estratégico do tribunal.

Complementou informando que, além do inventário, estão em andamento outras iniciativas previstas no plano de descarbonização, como o projeto de compostagem (em fase de contratação) e o projeto de reflorestamento com plantio de mangue. Este último está em fase de planejamento e articulação com instituições parceiras, como o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), que deverá colaborar com o georreferenciamento de áreas propícias ao plantio, e a Prefeitura do Recife, que já desenvolve projetos similares. A intenção é, inclusive, envolver comunidades pesqueiras locais, de modo a promover uma ação socioambiental integrada e de maior impacto.

A coordenadora Carolina Pedrosa manifestou preocupação com o cumprimento do prazo de 31 de julho para a conclusão do inventário, mas reconheceu os avanços e a boa condução do processo. Indagou sobre a estimativa para a entrega dos primeiros resultados por parte da empresa contratada. Em resposta, a servidora Barbara informou que ainda não houve reunião com a empresa, mas que, com base na experiência prévia com a ferramenta, é possível prever que a elaboração do inventário será rápida, desde que as unidades forneçam os dados em tempo hábil.

Por fim, reafirmou que o TRT6 já possui parte das informações necessárias registradas no sistema do CNJ (PLS-Jud), o que deverá facilitar o preenchimento da ferramenta. Ressaltou que os relatórios gerados a partir do inventário seguem modelo padronizado e que o tribunal já possui delineados os projetos básicos prioritários, como gestão de resíduos e compostagem. Considerou que, apesar do possível atraso, o tribunal está no caminho certo e com boas perspectivas de avanço na implementação do plano.

--

Item:	Ações para promoção de melhorias no tema impressões e água e esgoto.	ID	06/2025
Discussão: A coordenadora Carolina Pedrosa compartilhou sugestão extraída de intercâmbio com o TRT da 13ª Região, no qual foi implantado um modelo de “ilhas de impressão”. Trata-se da centralização dos equipamentos em pontos estratégicos, reduzindo a quantidade de impressoras disponíveis por setor. A medida, segundo o relato inicial, promoveu expressiva redução nas impressões, por gerar uma “barreira comportamental” que desestimula a impressão desnecessária. A Desembargadora esclareceu que ainda não obteve detalhes operacionais da medida, mas pretende buscar mais informações diretamente com o TRT13 para avaliar a viabilidade de aplicação no TRT6, especialmente no contexto de reestruturação física dos prédios. A proposta será compartilhada com o grupo posteriormente por meio do canal interno de comunicação (WhatsApp), antes de eventual formalização. Barbara acrescentou que a medida pode gerar impacto positivo em dois indicadores distintos: a quantidade total de impressões e a dimensão do parque de impressão (número de equipamentos), o que também repercutirá favoravelmente no contrato de outsourcing de impressoras. Na sequência, Barbara apresentou proposta de melhoria referente ao consumo de água. Relatou prática orientada pela Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), que consiste na inserção de garrafas PET de 2 litros, cheias de água, dentro das caixas acopladas de descarga. A medida reduz o volume de água utilizado por acionamento, gerando economia de até 2 litros por descarga. Destacou que se trata de uma solução de baixo custo, de fácil implementação e com impacto direto nos indicadores de água e esgoto do <i>Índice de Desempenho da Sustentabilidade do CNJ</i>. Informou que já foi solicitado à CEMA o levantamento do número total de descargas nos dois edifícios institucionais para que a estimativa seja refinada. Ressaltou, no entanto, que será realizado um teste piloto em um andar do prédio para validar a funcionalidade da medida e garantir que não haja prejuízo ao desempenho das descargas.			

Item:	Resumo das reuniões setoriais.	ID	07/2025
Discussão: A vice-coordenadora Barbara Calheiros informou que, em reunião com a SGTIC, foi apresentada uma ferramenta de business intelligence desenvolvida pela equipe liderada pelo servidor Adriano Wagner. A plataforma permite monitorar detalhadamente o consumo de impressões no TRT6, identificando as unidades com maior demanda. Observou-se aumento no volume de impressões em 2025, contrariando a tendência nacional, o que impacta negativamente os indicadores do CNJ. Por isso, será intensificada a conscientização sobre o			

uso responsável das impressoras, restringindo também impressões pessoais.

Barbara apresentou o panorama das reuniões setoriais já realizadas, abordando oito temas do PLS-TRT-6, e informou que ainda faltam encontros com duas unidades da área de saúde, que serão agendados em breve.

Principais encaminhamentos:

- **Papel e copos descartáveis:** Adoção de medidas para controlar consumo de papel, incluindo diagnóstico por unidade, e contratação de copos biodegradáveis. A Escola Judicial promove campanhas para incentivar o uso de copos reutilizáveis e reduz emissão de certificados e materiais gráficos.
- **Água envasada:** Processo de substituição por purificadores de água está em andamento, visando ganhos ambientais e orçamentários.
- **Impressões:** Uso da ferramenta BI para gestão e racionalização do consumo.
- **Vigilância, veículos e combustíveis:** Aumento no consumo de etanol, alinhado à transição para combustíveis menos poluentes, validado pelo CNJ. Debate sobre a necessidade de compartilhar viagens entre unidades para reduzir deslocamentos.
- **Ferramenta para compartilhamento de viagens:** Atualmente manual, com sugestão para desenvolvimento de sistema automatizado para otimizar roteiros e reduzir custos e emissões. A Diretoria Geral já iniciou um controle preliminar e busca solução integrada.

Sobre contratações sustentáveis, Barbara relatou reunião com a Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC), representada por Vinicius Sobreira. Inicialmente cogitou-se elaborar um Guia de Contratações Sustentáveis, mas a proposta evoluiu para a adoção da ferramenta Canvas, que, por meio de 12 perguntas, orienta o planejamento de aquisições considerando aspectos socioambientais e institucionais. A ferramenta pode variar conforme a complexidade da contratação e teria transparência pública via Portal da Transparência.

A proposta está em análise preliminar, com previsão de nova reunião para avaliar viabilidade técnica e institucional. Vinicius Sobreira manifestou apoio à proposta e destacou a importância de fortalecer a cultura institucional voltada à sustentabilidade nas contratações. Ressaltou a dificuldade, por parte das unidades demandantes, de identificar com clareza o que caracteriza uma contratação sustentável, motivo pelo qual defendeu a existência de uma instância com autoridade técnica – como a Seção de Sustentabilidade – para orientar e validar o planejamento de aquisições sob esse viés. Segundo ele, outros tribunais já adotaram esse modelo de atuação, no qual uma unidade especializada analisa previamente as contratações, avaliando se os critérios de sustentabilidade foram adequadamente contemplados. Reforçou que, além da ferramenta em si, é fundamental assegurar esse papel consultivo e técnico à SSAI ao longo da cadeia de autorização das contratações.

Por fim, Barbara reiterou que as reuniões setoriais estão avançando, com pendências para as próximas semanas.

Item:	Resultado do IDS 2024 - balanço da sustentabilidade do CNJ.	ID	08/2025
Discussão: Barbara Calheiros iniciou o tema destacando que o Índice de Desempenho Sustentável (IDS) é composto por uma série de indicadores que avaliam diversos aspectos da			

gestão sustentável do tribunal. Em seguida, explicou que, até 2023, os indicadores do IDS eram compostos por um conjunto específico, mas que houve novidades para o resultado de 2024, com a introdução de novos indicadores.

Ressaltou a necessidade de diálogo com o Comitê Gestor de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, para alinhamento e atuação conjunta, mencionando que deverá agendar reunião com a servidora Ana Luiza Tavares, presente na reunião.

Foi informado que a atualização dos indicadores teve impacto negativo no ranking geral dos tribunais, com a maioria apresentando queda no desempenho. O TRT6, por exemplo, que vinha crescendo nos anos anteriores, caiu da 6ª para a 9ª posição, com uma redução significativa da pontuação (de aproximadamente 40 pontos para 10). Este resultado inesperado compromete o planejamento para 2025 e possivelmente para 2026, exigindo nova estratégia de atuação.

Ressaltou-se que o IDS está integrado aos sistemas de avaliação do PLS (Programa de Logística Sustentável) e do DS (Desenvolvimento Sustentável), com indicadores que se sobrepõem e cujos ajustes impactam diretamente nas metas institucionais.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às quinze horas e quatorze minutos.

6. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Compromissos		Responsável	Data limite
1	Agendar as demais reuniões setoriais	UAE	-
2	Coletar informações junto ao TRT13 sobre as ilhas de impressão	Dra. Carolina	-
3	Projeto piloto para avaliar o uso de garrafas PETs nas descargas para reduzir o consumo de água	UAE	-
4	Articulação com a Diretoria Geral e a unidade de Transportes para desenvolvimento de uma ferramenta de gestão de viagens compartilhadas.	UAE	-

7. PRÓXIMA REUNIÃO

Local	Data	Horário
a definir	a definir	a definir

8. ASSINATURA DOS PRESENTES QUE APROVAM A RESPECTIVA ATA

Nome Cargo		Assinatura
1	Carolina de Oliveira Pedrosa (coordenador)	<i>Assinado eletronicamente</i>

2	Barbara Ferreira Fragoso Calheiros (vice-coordenadora)	<i>Assinado eletronicamente</i>
3	Laís Sampaio Parente	<i>Assinado eletronicamente</i>
4	Cicero Jose Da Silva (substituto)	<i>Assinado eletronicamente</i>
5	Ana Luiza Marinho de Azevedo e Silva	<i>Assinado eletronicamente</i>
6	Daniella De Vasconcelos Coelho Falabella (substituta)	<i>Assinado eletronicamente</i>
7	Erika Antunes De Araujo Gusmao	<i>Assinado eletronicamente</i>
8	Gustavo Viana de Avelar	<i>Assinado eletronicamente</i>
9	Ana Luiza Tavares Soares da Silva	<i>Assinado eletronicamente</i>
10	Vinicius Sobreira	<i>Assinado eletronicamente</i>
11	Flavio Mendes De Lima (substituto)	<i>Assinado eletronicamente</i>
12	Gleidson Adriane Vicente Ferreira (substituto)	<i>Assinado eletronicamente</i>
13	Gustavo Pedro De Carvalho Lacerda (substituto)	<i>Assinado eletronicamente</i>
14	Martha de Andrade Landim	<i>Assinado eletronicamente</i>
15	Mario Dos Santos De Assis	<i>Assinado eletronicamente</i>
16	Leonardo Machado	<i>Assinado eletronicamente</i>